

# Uma ciência em Portugal e na Europa: a Paleografia (séculos XIX-XX)

MARIA JOSÉ AZEVEDO SANTOS

## Introdução

Considerado, já por alguns, como fruto da aproximação do segundo milénio da nossa Era, o fenómeno de reflexão, reconstituição e interrogação do passado, tem-se traduzido, no caso particular da ciência histórica, entre outras manifestações, em diversos balanços sobre os mais variados temas. Estudos críticos de enorme mérito científico-didáctico têm surgido um pouco por toda a Europa e também em Portugal. Em Portugal e para referir os mais recentes, respeitantes à historiografia medieval lembremos: de Armando Luís de Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade e Luís Carlos Amaral «Por onde vem o medievismo em Portugal?»<sup>1</sup>; de Maria Helena da Cruz Coelho, «A história medieval portuguesa caminhos percorridos e a percorrer»<sup>2</sup> e ainda da mesma autora *A Diplomática em Portugal — Balanço e estado actual*<sup>3</sup>. De Maria Teresa Nobre Veloso, «Para uma bibliografia crítica de História medieval de Portugal»<sup>4</sup>, de Humberto Baquero Moreno, Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, «História da Administração Portuguesa na Idade Média — um balanço»<sup>5</sup>;

- 
1. Separata da *Revista de História Económica e Social*, 22, Janeiro-Abril, 1988, pp. 115-138.
  2. Publicado no *Boletim do Núcleo de História Medieval*, n.º 1, Ponta Delgada, pp. 1-17.
  3. Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XXVI, Coimbra, 1991, pp. 125-155.
  4. Publicado in *Ler História*, n.º 21, Lisboa, 1991, pp. 24-34.
  5. *Ibidem*, pp. 35-45. Acrescente-se que o n.º 21 da *Revista Ler História*, de 1991, foi integralmente dedicado a trabalhos de reflexão e análise historiográfica sob o título «A historiografia portuguesa hoje».

de Maria Alegria Fernandes Marques, «Os Estudos Cistercienses em Portugal. Realizações e perspectivas»<sup>6</sup>.

Na Europa, forçoso é assinalar duas importantes publicações que celebraram os avanços e recuos da Paleografia e Diplomática. Em 1986, e a propósito do aniversário da *Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica ed Archivistica* que em 1984 completara um século de vida, foi publicado, na cidade do Vaticano um livro intitulado «*Cento anni di Camino*»<sup>7</sup>.

Dois anos depois e tendo então por pretexto o centenário do *Istituto di Paleografia dell'Università di Roma*, foram reunidos num grosso volume mais de uma centena de trabalhos sobre a Paleografia e Diplomática da Itália à Espanha, da França à Alemanha, da Bélgica à Suécia passando ainda por outros espaços que não, lamentavelmente, pelo português<sup>8</sup>.

Pela nossa parte, desejamos também reflectir sobre o passado e o presente da ciência paleográfica, sobretudo em Portugal, e o resultado trazêmo-lo aqui.

Não se trata de um trabalho exaustivo, até porque o espaço de que dispomos não o consentiria. No entanto, tentaremos abordar as fases mais marcantes do itinerário da Paleografia desde os seus primórdios, meramente empíricos, de pré-ciência, até aos dias de hoje.

## 1. Da Paleografia técnica à Paleografia científica

Cursiva ou elegante, de função administrativa ou estética, símbolo de poder e cultura, arte ou técnica, a ela tem cabido, em grande parte, fixar a história da Humanidade. É a escrita.

- 
6. Publicado in *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, Ourense, 1992, pp. 113-135.
  7. *Atti delle manifestazioni per il Centenario della Scuola con documentazione relativa alla sua historia*, a cura di Terzo Natalini, Città del Vaticano, 1986. Trata-se de uma obra, com 342 páginas, dividida em duas partes. A primeira inclui estudos de Paleografia e Diplomática a cargo de prestigiados especialistas como Giulio Battelli, Alessandro Pratesi, Paul Canart, Robert-Henri Bautier e outros. Na segunda dá-se a conhecer ao leitor a *Scuola*, desde o seu nascimento até à actualidade. Os seus estatutos, os seus regulamentos, os seus programas e professores. Enriquecem-na 27 estampas, a cores e a preto e branco, que ilustram muitos daqueles aspectos.
  8. Obra de rara importância pelo contributo prestado à historiografia da Paleografia e Diplomática, na Europa e América, recebeu o título *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986)*, a cura di Armando Petrucci e Alessandro Pratesi, Roma, 1988.

Não escolhe suportes nem instrumentos. Não escolhe autores nem regras. Os homens usam-na.

Como calígrafos aproximam-na da arte, do belo, como criptógrafos assimilam-na ao mistério, como cacógrafos tornam-na feia, grosseira e disforme, quase ilegível.

Produto e factor de desenvolvimento das sociedades a escrita tem evoluído, ao longo dos séculos, com o material mas não menos com as circunstâncias políticas, económicas, sociais e culturais.

Marcada pela sua função prática a escrita, como fenómeno gráfico, não deixou indiferente o homem medieval e moderno.

Por isso, mais ou menos conscientemente, ele definiu-a, nomenclou-a, estabeleceu-lhe normas. No fundo, e a seu modo, questionou-a. Pensamos, todavia, que a escrita esteve longe de adoptar uma atitude passiva dado que também ela, desde muito cedo, interrogou e desafiou o próprio homem. Em vários campos, mas particularmente no da leitura.

Na verdade, em ciclos geográfica e cronologicamente variáveis a escrita, tal como as pessoas que a criam, nasce para morrer. Tanto na sua forma histórica como individual.

Assim, há gerações que, sucessivamente, a escrita, de forma silenciosa vai provocando o homem, por este ou aquele factor, a lê-la e transcrevê-la.

Resultado disso, falemos das grandes empresas de cópias de cartas avulsas reunidas posteriormente em códice que desde os sécs. VIII-IX tiveram lugar em várias partes do Ocidente e em Portugal desde o séc. XII. Particulares, catedrais, mosteiros, instituições de ensino, como a universidade, mandavam elaborar os seus cartulários cujo valor histórico, paleográfico e diplomático é desnecessário realçar.

Dispensamo-nos de mencionar todos aqueles que os nossos arquivos felizmente ainda hoje conservam, e mais ainda, de referir os que, em boa hora, já foram criteriosamente editados<sup>9</sup>.

A tarefa de leitura e transcrição, quer em Portugal quer na Europa, prosseguiu nos tempos modernos. No séc. XVI, ficou célebre, entre nós, o monumental empreendimento conhecido por *Leitura Nova* (1504-1552) e que atesta a preocupação, neste caso do poder central, de conservar os documentos, actualizando as tipologias gráficas<sup>10</sup>.

---

9. Remetemos, com o maior proveito para o já citado trabalho de Maria Helena da Cruz Coelho, «A Diplomática em Portugal, balanço e estado actual», pp. 138-139.

10. A *Leitura Nova* é o nome dado a uma colecção de 62 luxuosos códices que contêm milhares de traslados, de diversa natureza desde o século XIII ao XV. Para mais pormenores veja-se A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel

Pela mesma época, e dentro do mesmo espírito, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e também o de Alcobaça, levou a cabo uma grandiosa acção de trabalho de escrituras de séculos anteriores <sup>11</sup>.

Trabalhos morosos, em princípio sem remuneração material, que se prolongavam por meses e anos entregues, na sua grande maioria, a membros anónimos do clero regular ou secular e que fizeram Paleografia sem o saber, mas tão-só *paleografia de leitura*.

Mas a escrita, na sua marcha em que o trinómio «cérebro vista e mão» se cruza para um mesmo fim, é-nos dada a conhecer, ainda, na sua fase pré-científica, por muitas outras fontes e manifestações do homem.

Entre as primeiras citem-se os costumeiros, livros do quotidiano de mosteiros ou regras monásticas. São riquíssimos, entre outros, o livro dos Costumes da Cartuxa, de 1127 <sup>12</sup>, o livro de S. Victor de Paris <sup>13</sup>, do séc. XIII, o costumeiro do Mosteiro de Pombeiro <sup>14</sup>, também desta centúria.

Nestas fontes, que podemos cotejar e completar com outras, o acto de escrever aparece-nos bem mais real. Lá está descrito, por vezes com pormenor, o local de trabalho da escrita, os materiais usados, quem escreve, quem guarda os livros, quem distribui o pergaminho, as tintas e as penas <sup>15</sup>.

Falemos, agora, da iconografia. O acto de escrever está longe de ter constituído, mote inspirador para iluminadores ou pintores <sup>16</sup>.

Serrão, vol. III, Porto, 1992, s.v. *Leitura Nova*; Maria José Mexia Bigotte Chorão, *Os forais de D. Manuel 1496-1520*, ANTT, Lisboa, 1990 e Martim de Albuquerque, *A Torre do Tombo e os seus tesouros*, Lisboa, 1990, pp. 230-244.

11. São os chamados Livros Autênticos, em número de dez, compostos entre 1517-1531. Veja-se Saúl António Gomes, «Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra I - Arquivo Nacional da Torre do Tombo», separata de *Estudos Medievais*, Porto, 1988, p. 18.
12. *Coutumes de Chartreuse par Guigues 1<sup>er</sup> prieur de Chartreuse*. Introduction, texte critique, traduction et notes par un Chartreux, Paris, 1984.
13. *Liber Ordinis S. Victoris Parisiensis*, éd. de L. Jocqué et L. Millis, *Corpus Christianorum, series latina-continuatio mediaevalis*, Turnholt, vol. 61, 1984.
14. Este manuscrito está conservado na Biblioteca Pública do Porto (ms. 578) e permanece inédito. Foi copiado de um modelo concebido para uma grande abadia, no século XIII. Cf. José Mattoso, *Le monachisme ibérique et Cluny — les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, 1968, pp. 227, 272-273 e 299.
15. Sobre o aproveitamento que de todas elas fizemos para o estudo das condições materiais do acto de escrever veja-se a nossa tese de doutoramento, *Da visigótica à carolina — a escrita em Portugal de 882 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)*, Coimbra, 1988, cap. I.
16. Cabe aqui citar o interessantíssimo estudo de Manuel Cadafaz de Matos, «A tipografia portuguesa e a iconografia do livro europeu na fase áurea da expansão (1480-1563), in

E compreende-se, a escrita não era considerada uma função vital, ao contrário, por exemplo, da agricultura que mereceu a preferência daquelas artes. Ainda assim, é por muitas letras iluminadas, constantes de belos exemplares de Bíblias, ou de outros manuscritos, conservadas nos arquivos e bibliotecas de Portugal, de Espanha ou de França<sup>17</sup> que podemos recolher preciosos elementos sobretudo no tocante às condições materiais do acto de escrever.

Do assento à estante, da pena de ave ao tinteiro, da régua à faca, tudo isto é fácil imaginar na harmonia, na serenidade, no silêncio ou solidão de uma cela ou *Scriptorium*.

*Scriptorium* palco modelar para a cópia de uma bíblia, de um livro de Evangelhos ou de um livro de horas. E é, justamente, neste tipo de manuscritos que com muita frequência ao concluir o seu trabalho o copista fá-lo exprimindo alguns dos seus sentimentos relacionados com o acto de escrever. São os cólofos.

Provenientes de opiniões individuais ou colectivas aquelas «formulas» dos códices, em número de milhares por toda a Europa<sup>18</sup>, não deixam, todavia, de reflectir a mentalidade de quem os escreveu.

Quase todos eles, dão da escrita uma imagem de um trabalho fundamentalmente de esforço físico, muito penoso. Não causará, pois, admiração que escrever seja comparado ao labor nos campos<sup>19</sup>, que seja considerado um trabalho manual e corporalmente doloroso, que se recomende, entre outras condições, para ser um bom escriba «boa alimentação para que o corpo tenha calorías, e fazer pausas». Enfim, e apesar de tudo, o copista dirigia com todo o fervor louvores a Deus, à Virgem e aos Santos ao mesmo tempo que formulava pedidos de recompensa, por vezes mais terrena do que divina, pelo trabalho executado<sup>20</sup>.

---

*Biblos*, vol. LXVIII, Coimbra, 1992, pp. 150 e segs. Neste trabalho, o autor perscruta nas iconogravuras de Quatrocentos e Quinhentos, entre outros aspectos, a mão no exercício da escrita e a forma de representar o livro, impresso ou manuscrito.

17. Na nossa tese de doutoramento publicámos, em reprodução fotográfica, dez iluminuras que têm por temática o acto de escrever (*ob. cit.*, gravs. V a XIV).
18. A testemunhá-lo está em publicação uma grandiosa edição, intitulada *Catalogue des colophons des manuscrits occidentaux des origines au XVI<sup>e</sup> siècle*. Até 1982 estavam impressos seis volumes.
19. Na verdade o escriba de um manuscrito do séc. IX compara o acto de escrever ao penoso trabalho agrícola. As mãos equivaleriam aos bois, o pergaminho seria os campos, o cálamo seria a charrua enquanto as letras negras (tinta), e numa imagem de certa beleza, eram comparadas aos grãos de semente lançados à terra.
20. Maria José Azevedo Santos, *ob. cit.*, pp. 66-67.

Diga-se, agora, que o recurso ainda a outras fontes como inventários de bibliotecas, formulários de chancelaria, actos notariais, textos literários e outras, nos permitem verificar como os homens observaram as grafias e como tomaram consciência, desde muito cedo, da necessidade de lhes dar um nome, de as classificar.

Não tinham, por certo, noção da sua evolução morfológica mas estabeleciam-lhes distinções. Distinções que se baseavam na simples observação, que eram talvez subjectivas, que nada tinham de científico, porque sustentadas em critérios primários. Como nas dimensões ou espessura dos traços: letra miúda, pequena, grossa, grossíssima; no esmero da execução: boa letra, má letra, nobre letra, péssima letra; na forma: letra redonda, quadrada, quebrada.

Reflexo de uma maior complexidade cultural temos a nomenclatura com base em dados históricos de vária natureza, nem sempre correctos. É o caso do vocábulo *gótico* que os humanistas aplicaram não só à escrita dos sécs. XII-XV, mas também à Arte, à Filosofia que pelo carácter não científico que contém constitui, como todos sabemos, um dos mais significativos aspectos do «mito» anti-bárbaro da historiografia humanística.

Com mais rigor, se chamou «mourisca» à escrita dos árabes, «francisca» à do Império de Carlos Magno, «toletana» e «moçarabe» à da Península hispânica que hoje, não sem polémica, conhecemos por «visigótica»<sup>21</sup>.

Mas ainda na fase pré-científica da Paleografia não podemos ignorar a invenção da imprensa na 2.<sup>a</sup> metade do séc. XV.

Este facto, associado às ideias renascentistas e humanistas de então, longe de aniquilar a escrita manual leva a que ela seja considerada como uma expressão de arte, a *ars scribendi*.

Datam, pois, dos inícios de Quinhentos várias obras impressas sobre a arte de escrever à mão, verdadeiros manuais que pretendem ensinar o método de escrever com perfeição, com beleza.

Trata-se, afinal, de aplicar à escrita o que o homem do Renascimento desejava ver em todas as suas atitudes.

Propaga-se a mentalidade da caligrafia como reflexo do espírito humano perfeito, culto, esteticamente inteligente<sup>22</sup>.

---

21. Sobre todos estes nomes confronte-se a nossa tese, já citada.

22. Veja-se Gabriel Audisio e Isabelle Bonnot-Rimbaud, *Lire le français d'hier. Manuel de Paléographie Moderne XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1991, pp. 41-53.

## 2. O nascimento da ciência paleográfica

Traçado em linhas muito gerais o percurso da Paleografia pré-científica passemos à sua fase de constituição como ciência. Este passo vai ser provocado pelas discórdias que se seguiram à Reforma e, especialmente, pelo criticismo do séc. XVII patenteado na edição de muitos textos antigos.

Convém destacar entre eles, os *Acta Sanctorum* obra monumental dos Padres bolandistas (Jesuítas, Jean Bolland), em particular de Daniel Papenbroeck, que precisamente na introdução ao vol. II daquela obra considerou falsos os privilégios pontifícios e outros diplomas provenientes da corte merovíngia e destinados à abadia de Saint-Denis, em Paris.

É aquele juízo de crítica documental que originou o primeiro trabalho de Diplomática, que o é também de Paleografia, publicado em 1681, em Paris e da autoria de Jean Mabillon.

Este religioso, com a obra intitulada *De Re Diplomatica*, admirável para a época, lançou as bases científicas não só da Diplomática, a que deu o nome, mas também da Paleografia e até da Arquivística<sup>23</sup>.

A Paleografia nasce assim geminada com a Diplomática fenómeno que tem marcado até hoje, o percurso de ambas.

Mas, entretanto, em 1708 usava-se, pela primeira vez, o termo paleografia na obra de Bernard de Montfaucon «*Paleographia Graeca*» não, saliente-se, para designar a ciência em si mesma mas o objecto dela no caso concreto — a escrita grega.

Todavia, o vocábulo foi-se consagrando, e com mais ou menos controvérsia chegou aos nossos dias<sup>24</sup>.

---

23. D. Johannis Mabillon, *De Re Diplomatica libri VI - In quibus quidquid ad veterum instrumentorum antiquitatem, materiam, scripturam et stilum; quidquid ad sigilla, monogrammata, subscriptiones ac notas chronologicas; quidquid inde ad antiquariam, historicam, forensemque disciplinam pertinet, explicatur et illustratur*, editio secunda ab ipso Auctore recognita, emendata et aucta. Luteciae-Parisiorum, MDCCIX.

Por este extenso título se pode imaginar o carácter monumental da obra não só em tamanho como em qualidade. Merece especial referência a inclusão de 57 reproduções, à mão, de cartas, abreviaturas, abecedários, desde a época romana até ao século XV. É, sem dúvida, uma obra magistral. Acrescente-se que a edição citada, e de que nos servimos, pertence ao espólio da Sala João Pedro Ribeiro, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

24. São bem prova disto os trabalhos de Eduardo Alexandre Borges Nunes, «O conceito novo de Paleografia», in *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, 1973, pp. 7-16 e de Jean

E decorrente da obra de Bernard Montfaucon a centúria de Setecentos ficará assinalada, um pouco por todo o Ocidente, por um trabalho de recolha e leitura de fontes narrativas e documentais<sup>25</sup>. Trabalho a que não foi alheia a criação de academias régias que, espalhadas pela Europa foram surgindo durante o séc. XVIII.

Nos fins do ano de 1720, em Lisboa, é fundada a Academia Real da História. O labor diplomático, historiográfico e de leitura, de alguns dos seus mais célebres académicos, espelha-se em obras monumentais.

Esteve, pois, bem dentro deste espírito a obra de Fr. João Crisóstomo de S. Tomás dada à estampa pela 2.<sup>a</sup> metade do séc. XVIII e intitulada *Paleografia ou methodo de ler as letras antigas com abecedarios proprios* que inventariada na livraria do Mosteiro de Tibães se considera hoje perdida.

No último quartel ainda de Setecentos (1779) tem lugar a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tentará responder às exigências da historiografia romântica e positivista desenvolvendo a leitura e crítica de fontes paleográficas. Sob o seu patrocínio multiplicam-se edições de memórias, anais e coleções de documentos. Entre elas é forçoso citar o início da colossal publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, aliás na senda do que se vinha praticando em França, Inglaterra e Itália e particularmente na Alemanha cujo nome e estrutura da respectiva publicação influenciou Alexandre Herculano<sup>26</sup>.

Entretanto, de contornos científicos ainda mal delimitados, a Paleografia continuava a coabitar com a sua irmã gémea, a Diplomática.

Reflexo daquela indefinição é, sem dúvida, a obra do ilustríssimo membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas* em cinco volumes, compostos entre 1810-1836<sup>27</sup>.

Mallon, «Qu'est-ce que la Paléographie», in *Paläographie 1981 — Colloquium des Comité International de Paléographie, München, 15-18 September 1981*, München, 1982, pp. 47-52. Acrescente-se que abordámos o tema num artigo, entretanto já, em alguns pontos, desactualizado, «A Paleografia e a História», separata da *Revista Munda*, 6, Coimbra, 1983, pp. 55-56.

25. Dê-se como exemplo, entre nós, D. Jerónimo Contador de Argote, *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, 4 vols., Lisboa, 1732-1747 e D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e as *Provas*, 19 vols., Lisboa, 1735-1748.
26. Pormenorizada descrição desta edição se encontra in Maria Helena da Cruz Coelho, «A Diplomática em Portugal», pp. 133-134.
27. Também para esta obra se encontra no estudo citado na nota anterior uma referência detalhada (p. 132).

O seu Autor é considerado o pai da Diplomática e da Paleografia portuguesas, mas não menos da Sigilografia e até da Cronologia e da Arquivística. Falando da Paleografia referiremos que o conceito que João Pedro Ribeiro tem dela é bem prova do que atrás dissemos.

Para ele Paleografia — «he aquella parte da Diplomatica que pelo character ou letra em que se acharão escritos os Documentos antigos, nos ensina a julgar da sua idade e veracidade, e ainda a determinar o território ou Nação a que pertencem»<sup>28</sup>.

Apesar disso, é ele quem, pela primeira vez em Portugal, aborda o fenómeno da evolução das grafias e por isso as classifica e lhes define características.

A braquigrafia, os numerais, a criptografia são ainda aspectos da Paleografia que, já vista como ciência, João Pedro Ribeiro trata com erudição. Erudição bem patenteada na riquíssima e variadíssima biblioteca que possuía. De espírito enciclopédico, a História, a Botânica, a Teologia, o Direito, a Química, a Arquivística são algumas das temáticas que constituíam o acervo bibliográfico de João Pedro Ribeiro. Juntavam-se, naturalmente, obras de Paleografia e Diplomática. Possuía vários volumes sobre Diplomática entre os quais o *De Re Diplomatica*, de Mabillon e as *Dissertações ou Breve tratado sobre Hermeneutica e Diplomática*, de Fr. José Pedro da Transfiguração.

Não se documentou menos em autores espanhóis como Merino, *Escuela de ler letras antigas e modernas* ou como Terreros e Pando, *Paleographia Española*<sup>29</sup>.

### 3. A Paleografia no decurso do século XX

Mas nos finais do séc. XIX-inícios do XX a Paleografia enriquece-se com o avanço tecnológico da época. Estamos a referir-nos à invenção da fotografia.

---

28. *Dissertações Chronologicas e Criticas*, t. IV, p. 77.

29. Sobre a biblioteca de João Pedro Ribeiro, veja-se Lígia Cruz, «O legado da biblioteca de João Pedro Ribeiro à Universidade», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, Coimbra, pp. 12-47. São centenas de livros, impressos e manuscritos, em latim, em português, em francês, em espanhol e cujo número aumentaria se João Pedro Ribeiro não tivesse doado alguns a seu sobrinho Pedro do Rosário Ribeiro (*ibidem*, p. 6).

É agora possível por processos técnicos reproduzir e multiplicar a imagem de cartas e códices. Simultaneamente e, pelo menos no campo teórico, a Paleografia conquista a sua autonomia em 1889. Com o primeiro tratado de Paleografia, *Manuel de Paléographie latine et française*, da autoria de Maurice Prou e editado em Paris.

Aqui, se precisa o objecto e definição da Paleografia. Em sentido lato é considerada «a ciência das escritas antigas» à qual compete a leitura e estudo dos caracteres grafico-liberais da Antiguidade e da Idade Média. Mas com uma restrição.

Escritas traçadas sobre papiro, pergaminho, papel e tabuinhas encedradas ou de chumbo.

Caberá ainda, no seu campo privativo, estudar os materiais e instrumentos da escrita, a técnica das abreviaturas e os sinais auxiliares da escrita: acentos, sinais de correcção, pontuação, numerais e outros.

Lançando os olhos novamente sobre o nosso país diga-se que nos alvares do séc. XX a Paleografia mantém e reforça o rumo do «savoir lire». É prova disso, entre outras, a aparição em 1903 da *Revista Archivo Histórico Portuguez* valioso alfofre da edição de dezenas de fontes paleográficas.

Todavia, a década de 20 vê surgir, ainda que sem grande fôlego, títulos como «Paleografia em Portugal», de Pedro de Azevedo (1920)<sup>30</sup> e «Escritas paleográficas», de Carlos de Passos (1921)<sup>31</sup>.

Mais importantes pelo pioneirismo que hoje lhes podemos reconhecer foram, no final daquela década, os trabalhos de António de Vasconcelos, sobre fragmentos de códices<sup>32</sup>.

Entretanto, João Martins da Silva Marques dá à estampa nos anos 30, com forte carácter didáctico, trabalhos de grande valor *Do ensino da Paleografia em Portugal* (1934) e *Estudos de Paleografia Portuguesa* (1938).

A década de 40 vai trazer a grande novidade embora com alguns decénios de atraso relativamente a outros países. Referimo-nos à edição da primeira colecção de fotografias de documentos, *Álbum de Documentos*

---

30. Publicado in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2.ª série, vol. I, Lisboa, 1920, pp. 139-147.

31. Publicado in *ibidem*, vol. II, Lisboa, 1921, p. 156 (trata-se mesmo de uma página).

32. «Fragmentos preciosos de dois códices paleográfico-visigóticos», in *Biblos*, vol. 4, Coimbra, 1928, pp. 553-569; «Fragmento precioso de um códice visigótico», in *ibidem*, vol. 5, Coimbra, 1929, pp. 245-273. Cabe referir que os primeiros estudos sobre fragmentos tiveram lugar, na Europa, no século passado. Actualmente, em Espanha, há estudiosos que se têm dedicado, com elevada competência àquele estudo. Destaque-se Anscari Mundó, e Jesús Alturo i Perucho a quem se deve um balanço, mais um, sobre a matéria: «Els estudis sobre fragments i membra disiecta de còdexs a Catalunya. Breu estat de la qüestió», in *Revista Catalana de Teologia*, XIII/2, Barcelona, 1988, pp. 431-450.

editado em Coimbra no ano de 1942 e da autoria de Torquato de Sousa Soares<sup>33</sup>.

Aquele eminente historiador demonstra ainda os seus conhecimentos de Paleografia e Diplomática em «Alguns diplomas de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques» (1940) e «Alguns diplomas particulares dos séculos XI-XIII» (1942).

É momento de pararmos um pouco no itinerário português da disciplina que nos está a ocupar e olhar para fora das nossas fronteiras.

Na Espanha, as primeiras décadas do séc. XX ficaram marcadas pelo grande número de estudos sobre escrita visigótica facta, hoje, conhecido por visigotismo<sup>34</sup>.

Coevamente, em França, os estudiosos preocupavam-se em provar que o berço da letra carolina era o seu país e não a Alemanha, a Itália ou outras paragens como em outros países se defendia.

Naquela área de estudos, é de nomear A. de Bouard e Philippe Lauer<sup>35</sup>.

Mas vai caber, sem dúvida, à Itália devedora, é certo, da investigação da escola alemã dos fins do séc. XIX-XX a glória de começar a ver na Paleografia não somente um instrumento, uma prática de leitura mas sim uma «pura ciência do espírito».

A Luigi Schiaparelli, cujas principais publicações são dos primeiros 30 anos do séc. XX, ele morre em 1934, se deve a elaboração de importantíssimos conceitos, que estão hoje na base da investigação paleográfica mais moderna e de que destacamos:

- considerar a escrita como uma experiência humana globalizante e não isolada e fechada em si mesma;
- atentar no desenvolvimento espontâneo e intrínseco das formas gráficas.

Na década em que morre Schiaparelli surge um não menos famoso paleógrafo, codicólogo, arquivista, Giulio Battelli.

É clássica e quase inultrapassável a sua obra *Lezioni di Paleografia* (1936)<sup>36</sup>.

---

33. Sobre este álbum e todos os outros que até hoje se publicaram em Portugal veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, «art. cit.», pp. 144-148.

34. Sobre o desenvolvimento deste período veja-se Francisco M. Gimeno Blay, «La Paleografia en España, una aproximación para su estudio en el siglo XX», in *Un secolo di Paleografia e Diplomática (1887-1986)*, pp. 189-209.

35. Sobre a Paleografia em França no século XX veja-se Denis Muzerelle, «Un siècle de Paléographie latine en France», in *ibidem*, pp. 131-158.

36. Sobre a Paleografia em Itália vejam-se os vários estudos publicados na obra que temos vindo a citar *Un secolo di Paleografia e Diplomática (1887-1986)*.

Entretanto, o fim da 2.ª Guerra Mundial vai trazer à Paleografia novos contributos, novas orientações.

Desde logo, pelos finais da década de 40 se estabelece a autonomia de um até aí capítulo importante da Paleografia, o do estudo dos suportes e materiais da escrita, da preparação e confecção de cartas e códices. A Alphonse Dain, em 1949, se ficou a dever o baptismo da disciplina que reivindicou aquelas matérias — Codicologia — e que tantos progressos desde então tem experimentado. Entre nós forçoso é destacar os contributos de Aires Augusto do Nascimento, sobretudo no campo da encadernação<sup>37</sup> e do livro<sup>38</sup> e também de Isaías de Rosa Pereira com o pioneiro trabalho sobre a «pecia» na Universidade Portuguesa<sup>39</sup>.

Em 1952, em Paris, Jean Mallon escreve a sua obra-prima *Paléographie Romaine*, de projecção europeia. Foi o primeiro a definir os elementos de uma escrita, passo fundamental para o estudo da Paleografia de análise, à qual cumpre identificar e reagrupar as escritas, e da história da escrita à qual cabe explicar os fenómenos estudados pela Paleografia de análise, conceitos que aparecerão mais tarde<sup>40</sup>.

Em 1953, e naturalmente reflectindo o progresso e a importância que a Paleografia ia conquistando, um pouco por todo o Ocidente, foi criado o *Comité International de Paléographie* designado desde 1985 *Comité International de Paléographie Latine*, sob os auspícios de dois grandes nomes da Paleografia francesa Charles Samaran e Robert Marichal<sup>41</sup>. A consti-

- 
37. «Diferenças e continuidade na encadernação alcobacense; sua importância para a história do *scriptorium* de Alcobaça», in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1983, pp. 136-157; *Encadernação Portuguesa Medieval — Alcobaça*, Lisboa, 1984; «Les reliures médiévales du fonds Alcobaça de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne», in *Calames et Cahiers, Mélanges de Codicologie et de Paléographie offerts à Léon Gilissen*, Bruxelles, 1985.
38. «Das palavras às coisas: o percurso do livro através da terminologia bibliográfica», separata da *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 2, 5.ª série, Lisboa, 1984, pp. 91-104; «A 'mise en page', base operativa da reflexão codicológica: dados e problemas de fundos medievais portugueses», in *Actas del VIII Coloquio Internacional de Paleografía Latina*, Madrid, 1990, pp. 139-148.
39. «A 'pecia' em manuscritos universitários estudo de três códices alcobacenses dos séculos XIII e XIV», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, 22, 1973, pp. 245-278. Cite-se ainda o estudo de síntese «Codicologia. Arqueologia do livro», separata do *Boletim de Angra do Heroísmo*, n.º 35, 1979, pp. 7-23.
40. Sobre este assunto nos detivemos na nossa tese *Da visigótica à carolina*, pp. 88-89 e também in *Paleografia e Diplomática — interesse, conteúdo, método, programa e bibliografia*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, p. 27.
41. Entre outros artigos que nos falam do *Comité* veja-se um dos mais recentes; Emmanuel Pouille, «Le Comité International de Paléographie Latine», in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. 145, 1987, pp. 445-448.

tuição deste organismo muito tem contribuído para desenvolver os estudos paleográficos nas suas mais variadas áreas promovendo periodicamente colóquios e encontros. De Portugal fazem parte: os Profs. Avelino de Jesus da Costa, Isaiás da Rosa Pereira, José Marques e, mais recentemente, a autora destas linhas.

E Portugal? Continuava à margem das novas realidades de investigação paleográfica?

Em grande parte, sim. Excepção sempre feita à Paleografia de leitura bem comprovada no aparecimento, na década de 60, de três álbuns de documentos dos cinco que até hoje possuímos<sup>42</sup>.

Também é na década de 60 que tem início, por exemplo, a edição do *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)* sob a direcção de Moreira de Sá, actualmente de Francisco da Gama Caeiro, de *As Gavetas da Torre do Tombo*, de *Monumenta Henricina*, cartas régias, livros de aniversários, do Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal, só para citar alguns<sup>43</sup>.

Mas referência muito especial merece, sem dúvida, a tese de doutoramento de António Cruz, *Santa Cruz de Coimbra na Cultura Portuguesa da Idade Média*, publicada no Porto, em 1964.

É, decerto, o primeiro português que coloca à Paleografia as questões propedêuticas do *quem* e do *porquê* reduzidas até àquela altura tão só ao *como*. Ainda na mesma década (1967) elaborará um importante estudo intitulado «Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal»<sup>44</sup>.

E, dentro de um espírito igualmente inovador, vemos surgir em 1973 pela pena de Alexandre Borges Nunes o estudo *O conceito novo de Paleografia*<sup>45</sup>.

Dois anos antes, todavia, A. H. de Oliveira Marques debruçara-se sobre o tema divergindo, do autor anterior. Aqui, a Paleografia continua a ser considerada como uma ciência auxiliar transmissora de conhecimentos e não fonte de conhecimentos, por si mesma<sup>46</sup>.

---

42. Detalhada descrição de todos eles como já dissemos, encontramos em Maria Helena da Cruz Coelho, «art. cit.», pp. 144-148.

43. Dispensamo-nos de enumerar mais fontes entretanto editadas porque melhor do que nós já o fez A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, 1988, capítulo V.

44. Publicado in *Amphitheatrum*, XIII, Porto, 1967.

45. Separata de *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, 1973, pp. 7-16.

46. Publicado in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. IV, s.v. «Paleografia».

Mas ainda em 1973, Avelino de Jesus da Costa considera a Paleografia uma ciência auxiliar da Diplomática e das disciplinas que utilizam fontes manuscritas antigas (história, filologia, literatura e outras). Esta visão não o impede, todavia, de ver na Paleografia muito mais do que uma simples técnica<sup>47</sup>.

De grande valor para a Paleografia mas sobretudo para a edição de cartas e manuscritos foi, em 1977 a publicação da primeira edição das *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos* que viu este ano a sua terceira edição «muito melhorada». Como todos sabemos é seu autor o nosso Mestre Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa — que aqui, reconhecidamente, homenageamos.

Mas de grande riqueza é a década de 70-80, em Itália.

Alessandro Pratesi, Giorgio Costamagna, Armando Petrucci e Guglielmo Cavallo vão provocar uma séria dilatação do horizonte temático na Paleografia. De tal forma, que alguns críticos temem já que a Paleografia seja abordada cada vez mais sob o ponto de vista da história da cultura e perca a sua componente de história da escrita.

O primeiro, lança as bases sociológicas do estudo daquela actividade questionando o mundo do alfabetismo e analfabetismo.

O segundo, Giorgio Costamagna, verdadeiro epistemólogo da Paleografia vai preocupar-se com as condições que explicam as formas gráficas: a anatomia e a psicologia do homem, os instrumentos utilizados, o material-suporte.

Dedicar-se-á, na senda de Ludwig Traube e Floriano Cumbreño, a um dos fenómenos mais interessantes da escrita, que está longe de constituir monopólio da época antiga ou medieval, a técnica de abreviar as palavras e a taquigrafia. A que mecanismos obedece o homem ao pretender o máximo resultado com o mínimo de esforço, interroga-se ele.

A Giorgio Costamagna se ficam ainda a dever os conceitos de *scrittura di base e scrittura di tutti giorni*<sup>48</sup>.

O terceiro, Armando Petrucci, num conceito de história global coloca a escrita no seio da sociedade que a produz.

---

47. Publicado in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Verbo*, vol. 14, Lisboa, s.v. «Paleografia».

48. Da vasta bibliografia deste autor seja-nos permitido destacar «Il come ed il perché. A proposito della didattica della paleografia e della diplomatica», in *Studi di storia medioevale e di diplomatica*, 7, Milano, 1982.



Assim, sem nunca se afastar da análise das formas gráficas, A. Petrucci interessa-se, sobremaneira, pelo estudo das relações entre a cultura escrita e a sociedade. Interessa-se pelos que escrevem e pelos que não escrevem, pela sua imagem, pelo seu número, pelo seu recrutamento social.

A função social da escrita apaixonava-o utilizando e aprofundando os conceitos de poder da escrita e poder sobre a escrita<sup>49</sup>.

E comungando dos juízos básicos que enformam os estudos das três figuras já citadas Guglielmo Cavallo vai dedicar-se, em particular, à Paleografia grega e à produção librária<sup>50</sup>.

Este escol de especialistas, e os seus trabalhos, atravessa os limites geográficos da Itália e vai influenciar uma camada jovem de paleógrafos por toda a Europa.

Mas a Espanha também criou na década de 70-80 os seus próprios investigadores e as suas, muito peculiares, vias de pesquisa.

Queremos referir-nos à diversificação dos estudos atendendo às diferentes zonas geográficas.

Assim, temos estudos sobre a escrita na Catalunha do séc. XIV, a escrita gótica galega ou a escrita gótica e a escrita humanística, em Valência.

Importante tem sido, igualmente, o contributo da Espanha dado à Paleografia librária e edição de cartas e códices.

Fizeram escola Agustín Millares Carlo, Canellas López, Manuel C. Díaz y Díaz, meu Ilustre Mestre, Lucas Álvarez, Anscari Mundó, Tomaz Marin Martínez entre tantos outros.

Em França, pela mesma altura, ao lado, uma vez mais, da paleografia de leitura os estudos paleográficos consubstanciam-se na análise dos elementos que os franceses designam por peri-gráficos: a pontuação, as abreviaturas, a pautagem, a encadernação, no caso dos códices.

É o conceito de «grande paléographie» que Charles Samaran tinha esboçado.

Os estudos sobre os *scriptoria* monásticos sucedem-se. Jean Dufour estuda o de Moissac (1972); Monique Cécile-Garand preocupa-se com o de Cluny; Jean Vezin com os d'Angers (1974).

---

49. Muitos dos conceitos que acabamos de apontar podem ser recolhidos entre muitos trabalhos de Armando Petrucci em «La scrittura. Ideologia e rappresentazione», Turin, 1986; *Breve storia della scrittura latina*, Roma, 1989; «Pouvoir de l'écriture pouvoir sur l'écriture dans la renaissance Italienne», in *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 43<sup>e</sup> année, juillet-août, 1988, pp. 823-847.

50. *Libri e lettori nel medioevo*, 1977.

Mais recentemente, são de assinalar trabalhos no campo da paleografia librária, no das escritas de chancelarias régias, no da morfologia e função das grafias, no das condições materiais do acto de escrever, entre tantos outros. Todos, porém, da pena de especialistas de renome internacional.

E retomando o caso português, estranho era que com todo o progresso operado no âmbito da Paleografia Europeia, nas décadas de 70-80, e de que só demos três exemplos (em França, em Espanha e em Itália) que os nossos estudiosos se mantivessem à margem da pesquisa de uma tão importante fonte de conhecimento do homem — a escrita.

Assim, intensifica-se e diversifica-se a publicação de fontes tendo lugar na década de 80 o início de edições que esperamos ver continuadas e que foram os livros de registo de chancelaria régia, os textos de cortes e as colecções de bulas<sup>51</sup>. Ainda nesta década António Cruz concebe dois bons estudos: «A reforma pombalina e as ciências auxiliares da história»<sup>52</sup> e «A Paleografia e a Diplomática ao serviço da Arqueologia»<sup>53</sup>. Com menos sucesso, quanto a nós, escreveu o único até hoje existente manual (ensaio) de Paleografia portuguesa — *Paleografia Portuguesa, Ensaio de Manual* (1987).

Em 1987 surge o 5.º Álbum de documentos, com fins didácticos, da autoria de A. H. de Oliveira Marques e outros. E como que para dar apoio a tão intenso labor de leitura paleográfica Borges Nunes tinha em 1981 publicado *Abreviaturas paleográficas portuguesas*.

Mas o grande contributo para a investigação no campo da paleografia de análise e história da escrita foi dado, por um lado, pelo Instituto de Paleografia e Diplomática, em Coimbra, e por outro, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no Curso de Mestrado em Paleografia e Diplomática criado em Dezembro de 1983.

O Instituto de Paleografia dirigido de princípio por Avelino de Jesus da Costa, depois, e ainda hoje, por Maria Helena da Cruz Coelho deu apoio e incentivou a elaboração da primeira tese de doutoramento sobre his-

---

51. Dispensamo-nos de entrar em pormenores porque Maria Helena da Cruz Coelho o fez no estudo já citado «A Diplomática em Portugal».

52. Publicado in *Revista de História das Ideias*, dedicada a «O Marquês de Pombal e o seu tempo», t. II, Coimbra, 1982, pp. 101-112.

53. Publicado por Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1984, pp. 275-279.



tória da escrita: «Da visigótica à carolina — a escrita em Portugal (882-1172) — aspectos técnicos e culturais»<sup>54</sup>.

O curso de Mestrado originou e curiosamente no mesmo ano de 1988 três valiosas teses ainda que uma delas privilegie o campo diplomático.

António José Ribeiro Guerra, *Os escribas dos documentos particulares do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça 1155-1200* (exercícios de análises de grafias); Bernardo Sá Nogueira, *Lourenço Eanes, Tabelião de Lisboa*; Isabel Maria Botelho da Siva, *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do estado da Índia Oriental de António Bocarro: estudo histórico, codicológico e paleográfico*, transcrição e índices.

É lícito e quase exigível esperar agora, com alguma expectativa, pelas teses de doutoramento destes jovens, e de outros, que aceitaram o desafio de investigar num campo ainda, para muitos, secundário o que leva alguns estudiosos a considerarem a Paleografia uma «corajosa ciência».

Como remate, não podemos deixar de salientar que, em Portugal, a Paleografia sofre ainda do forte estigma de ciência auxiliar que há séculos a marcou<sup>55</sup>. Ao tratá-la tão-só como um instrumento de leitura de escritas antigas que prepara o caminho da investigação histórica e não constitui, só por si, fonte de conhecimento, os estudiosos negaram-lhe a possibilidade de crescer e desenvolver-se. Aquele preconceito propalado muitas vezes, infelizmente, por investigadores de outras áreas foi e é ainda o grande responsável pelo desinteresse e quase desprezo de que tem sido alvo a Paleografia.

E não se pense que é só a Paleografia que perde. A grande perdedora é a própria História que ao pretender estudar o homem na sua globalidade não o conseguirá se ignorar uma das suas principais manifestações — a escrita — importantíssima memória do passado.

---

54. No âmbito de um protocolo estabelecido entre a Junta Nacional de Investigação Científica e a Fundação Calouste Gulbenkian esta tese está no prelo.

55. E que como tão bem Gimeno Blay acentua tem sido o principal factor da crise de crescimento não só da Paleografia mas também da Diplomática (*Las llamadas ciencias auxiliares de la Historia ¿Erronea interpretación?*, Zaragoza, 1986).